

# Articulando emprego, demanda e crescimento econômico no Brasil

## *Employment demand and economic growth in Brazil*

**Ladislau Dowbor\***

*“Se antigamente se criavam frentes de trabalho para resolver o problema da seca no Nordeste, hoje nós temos que começar a pensar seriamente em criar frentes de trabalho nos grandes centros urbanos para ver se a gente consegue diminuir o sofrimento dessa gente.”*

Presidente Lula, entrevista na Globo, 17/8/03.

### Resumo

O Brasil vive um imenso paradoxo: há muitos recursos subutilizados, de necessidades prementes nos mais diversos setores, enquanto milhões de pessoas ficam sem emprego. É necessário encontrar caminhos para que os desempregados passem a se organizar em frentes de trabalho, construindo casas, participando de obras de saneamento básico, criando cinturões verdes em torno das nossas cidades. Tal processo permite melhorar a infra-estrutura urbana, gerar renda para os desempregados e dinamizar a demanda na base da sociedade, dinamizando assim os outros setores. Trata-se de propostas práticas para colocar o “círculo virtuoso” em ação.

**Palavras-chave:** emprego; desemprego; trabalho; inflação.

### Abstract

Brazil presents a strange paradox of huge needs in urban infrastructure, while tens of millions of workers are unemployed. We have to build houses, sewage systems, green-belts for food around our cities and so on. All these activities are labor-intensive, and tend to generate a positive flux of income that tends to stimulate demand, which in turn will stimulate investments and so on, in a process that is well known, but has been lacking initiative in Brazil. The paper suggests some practical initiatives to start the process.

**Keywords:** employment; unemployment; work; inflation.

## Brasil para todos

O Plano Brasil de Todos (Plano Plurianual) define claramente o objetivo macroeconômico geral, que consiste na criação de “um círculo virtuoso entre investimento e consumo, originado no aumento do poder aquisitivo das famílias trabalhadoras” (ponto 49). O encadeamento proposto envolve “aumento de rendimentos das famílias

trabalhadoras/ampliação da base de consumo de massa/ investimentos/aumento da produtividade e da competitividade/aumento de rendimentos das famílias trabalhadoras – ou, em resumo, um círculo virtuoso entre rendimentos das famílias trabalhadoras e investimento. O Brasil é um dos poucos países do mundo que dispõe de condições para crescer por essa estratégia, devido ao tamanho do seu mercado consumidor potencial” (ponto 45).

\* Doutor em Ciências Econômicas pela Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia, Professor Titular da PUC de São Paulo e consultor de diversas agências das Nações Unidas. Site <http://dowbor.org>  
Rua Ministro Godoy, 969 – 4º andar – São Paulo, SP – CEP 05015-901  
E-mail: [ladislau@ppbr.com](mailto:ladislau@ppbr.com)

A médio prazo, a visão é clara: trata-se de reequilibrar a distribuição de renda no país, principal freio estrutural de nosso desenvolvimento, o que por sua vez implica enfrentar os desequilíbrios entre regiões, entre lucros e salários, entre latifúndios e agricultura familiar, entre rendimentos que resultam de produção e os que resultam de especulação financeira e assim por diante. Por sua vez, a efetivação dessa dinâmica de médio prazo exige a construção de um arco de alianças que envolve tanto partidos como empresas, organizações da sociedade civil, organizações profissionais, academia e outros atores dispostos a apostar na modernização do país por meio de um processo de inclusão econômica, social e política.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social tem claramente como tarefa principal a construção deste arco de alianças, que se trata de uma tarefa de importância central para sair do círculo vicioso de produção para elites, de “base estreita”, e avançar no processo de desenvolvimento amplo e inclusivo. No entanto, a questão do curto prazo tem penetrado de forma acelerada nas discussões do Conselho, na medida em que o nível de juros, o desemprego, a estagnação econômica e as crescentes tensões sociais tendem a deslocar a atenção das dinâmicas estruturais de médio prazo para as questões mais urgentes da conjuntura.

As propostas que têm sido apresentadas têm todas um pouco de lógica. Propõe-se deixar subir o dólar, o que favoreceria as exportações, e teríamos o duplo efeito de estimular alguns setores econômicos e de reduzir a pressão externa. Mas a dinamização da economia nunca será suficiente apenas com o mercado externo, pela própria dimensão limitada do comércio exterior no nosso PIB (cerca de 12%), e a pressão externa será apenas parcialmente reduzida com o superávit da balança comercial, pois exportar significa também importar, e a diferença, da ordem de US\$ 25 bilhões, é importante, mas não suficiente. Além disso, as atividades exportadoras em geral não são intensivas em mão-de-obra e são extremamente concentradas: segundo a Funcex, 1% das exportadoras responde por 67% das vendas externas do país em valores (ESP 9/6/03: B5). O ano de 2003, fechando com exportações da ordem de 65 bilhões de dólares e importações da ordem de 40 bilhões, representou deste ponto de vista o avanço possível. Um superávit comercial da ordem de 25 bilhões de dólares é, sem dúvida, muito expressivo e foi muito favorecido pelo dólar relativamente alto, o que

representa um limite na conjuntura atual. Em outros termos, ajuda, mas não resolve.

Pressões maiores têm sido feitas para promover a redução da taxa de juros. A medida é importante, e o governo tem sinalizado claramente essa tendência reduzindo gradualmente a taxa Selic (ainda que, em termos reais, ela tenha se elevado como consequência da queda da inflação). Neste ponto também é possível desdobrar a questão em seus componentes. Primeiro, é essencial reduzir a taxa Selic, pois isso implica reduzir a parte do orçamento que o governo tem de desviar para o serviço da dívida, devolvendo-lhe parcialmente a capacidade de investir e dinamizar a economia. A redução da taxa também favorece a reorientação dos intermediários financeiros, hoje confortavelmente instalados na “aplicação” em títulos do governo, forçando-os a buscar aplicações produtivas para a nossa poupança. Mas a redução da taxa Selic não se traduz, se não de forma muito limitada, na queda das taxas de juros dos intermediários financeiros privados, hoje cartelizados, e que cobram juros, tarifas e multas que inviabilizam o uso produtivo do crédito. São cifras conhecidas e públicas, mas vale a pena lembrar que o juro para pessoa jurídica está acima de 70%, quando concorremos com empresas estrangeiras que recebem empréstimos a 3% ao ano ou menos.

Afirmou-se que falta poupança no Brasil. Não é o caso. A poupança existe (ordem de grandeza de 18% do PIB), mas é desviada para atividades especulativas, em vez de ser orientada para investimentos. Trata-se de um processo de esterilização da poupança que paralisa várias economias, e não só a brasileira, conforme consta dos estudos da UNCTAD (Trade and Development Report, 1998). O elemento determinante, hoje, é que o aumento de renda nas mãos das famílias mais pobres se traduz em aumento imediato de demanda de bens de consumo e conseqüente dinamização da economia, enquanto um aumento de lucros tende a se traduzir em mais atividades especulativas e esfriamento da economia, pelos altos custos dos intermediários financeiros. Inclusive, como salienta Tarso Genro, formou-se no Brasil uma classe média-alta que vive de rendimentos de aplicações financeiras e que dá sustento político à manutenção de juros altos. É o que Mangabeira Unger chamou de “triunfo dos rentistas sobre os produtores”.

Claramente, a capacidade de investimento do governo e das empresas tornou-se muito limitada, mas o processo atinge também a população em geral. Com

juros superiores a 100% para pessoa física e crediários acima de 200% (com exceção dos automóveis), a parte das poupanças das famílias desviada para custos de intermediação atinge quase 30% da poupança familiar (Anefac – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade – [www.vidaeconomica.com.br/familias.htm](http://www.vidaeconomica.com.br/familias.htm)). Em outros termos, reduz-se drasticamente a capacidade de as famílias dinamizarem microatividades econômicas (investimento da economia familiar) e contrai-se o consumo das famílias, o que tem um impacto direto sobre a propensão para investir das empresas. O crediário, aqui, tem particular importância, pois a família que hoje compra um eletrodoméstico congela durante longos meses a sua capacidade de consumo de outros produtos, além de poder consumir muito menos no total, por força dos juros. O esforço do governo de abrir microcrédito para as pessoas fazerem um empréstimo na Caixa Econômica Federal e comprarem a vista ajuda, mas não substitui uma moralização mais ampla do sistema: as taxas de juros praticadas são notoriamente insustentáveis.

Chegamos aqui ao grande divisor de águas em termos técnicos. Para quem considera que reduzir a inflação é a meta primeira, ou quase exclusiva, reduzir a demanda das famílias e conseqüentemente o investimento empresarial pode parecer um sacrifício inevitável. Nossa visão é de que o surto inflacionário do primeiro semestre de 2003 resultou da alta do dólar (com preços importados e reorientação de muitos produtos para o mercado externo, reduzindo sua disponibilidade interna); da alta das tarifas que tinham sido represadas no período pré-eleitoral; e da capacidade dos setores cartelizados em puxar os preços para cima de maneira orquestrada. De forma geral, não é uma inflação de demanda (nem de bens de consumo nem de bens de investimento). Hoje podemos falar em uma inflação de custos, na medida em que os juros altos elevam os custos de produção em geral e o esfriamento da economia leva à subutilização do aparelho produtivo e à conseqüente elevação dos custos unitários de produção, argumento sustentado por Paul Singer. Ou seja, considerar que a meta da inflação é preponderante e que o instrumento da taxa de juro, que esfria ou até paralisa a economia, é o único que temos constitui um enfoque válido para a etapa inicial de governo, em que os riscos de desestabilização sistêmica eram fortes, mas não resolve a questão da retomada do crescimento.

## A dinamização orientada por demanda

Temos, portanto, de voltar ao círculo virtuoso e sair do dueto juros-inflação para incluir os outros elementos: emprego, demanda e investimentos.

Em termos práticos, não basta a empresa ter acesso a dinheiro barato para que se decida a investir. A empresa só investirá se considerar que pode vender o produto. Na realidade, hoje temos uma capacidade ociosa muito grande, e o bloqueio não está apenas no custo do dinheiro para investir, mas sobretudo na contração da demanda. Durante os anos de 1990, a parte dos salários no PIB caiu de 45% para 37%, ou seja, a renda se concentrou, mas não se traduziu em investimentos, pois a demanda no país é fraca – havendo, portanto, pouco estímulo para expandir a capacidade produtiva – e a especulação está rendendo muito. A conclusão é bastante evidente: o motor de arranque está na expansão da demanda. A realidade é que temos uma imensa massa de consumidores potenciais – como ordem de grandeza 100 milhões de pessoas reduzidas a um nível ridículo de consumo – e uma máquina econômica amplamente subutilizada por ausência de demanda efetiva.

Em outros termos, enfrentamos uma situação muito parecida com a situação outrora analisada por Keynes e que deu lugar a iniciativas de dinamização econômica por meio de programas de inclusão econômica e social como o New Deal e outros. Keynes explicava que a dinamização da economia por meio de frentes de trabalho, gerando salários, não teria impacto inflacionário, pois, com os estoques acumulados e a capacidade ociosa, o setor produtivo poderia responder rapidamente com mais produtos para satisfazer o aumento de demanda. Em outros termos, a análise do FMI, segundo o qual os altos juros permitem conter a demanda e, com isso, conter a inflação, o que estabiliza a economia, e criaria portanto um bom ambiente para o investimento, é simplesmente insuficiente. O ponto de partida, para desemperrar a máquina ou para acionar o motor de arranque, é gerar demanda na base da sociedade. O aumento de consumo permitirá inicialmente reduzir os estoques, em seguida diminuirá a capacidade ociosa e gradualmente levará as empresas a investir, gerando mais empregos, demanda e crescimento. E, havendo mais produto para satisfazer uma demanda dinâmica, a pressão inflacionária será limitada.

Se esse é o objetivo, trata-se de deslocar as nossas energias da tensão sobre quem fica com o pedaço maior do modesto cobertor econômico de que dispomos para

nos concentrarmos no modo de aumentá-lo. Assim, a sugestão de que os salários sejam negociados sobre a base da inflação futura, e não passada, pode aliviar no curto prazo o balanço das empresas, mas reduz a fatia salarial, esfria a demanda e não nos permite sair da paralisia econômica.

Temos também de levar em consideração especial o fator tempo: planejar investimentos em infra-estruturas de transporte, por exemplo, pode resultar em dinamização de empregos, salários e atividades econômicas induzidas, mas entre a elaboração de projetos de pré-factibilidade, de factibilidade, de execução, contratos de financiamento, negociação de expropriações etc., estaremos falando em iniciativas necessárias, mas cujo horizonte temporal não coincide com a janela de tempo que temos para o arranque do processo de crescimento.

Finalmente, é preciso organizar a convergência de diversos tipos de iniciativas que tenham como efeito a dinamização do que o PPA chamou de “demanda de massa” como elemento desencadeador do conjunto do processo. E se trata de uma convergência de iniciativas, pois em economia a visão de “uma bala só” não funciona.

## A subutilização dos recursos humanos

A mão-de-obra é o nosso principal recurso subutilizado. Somos 175 milhões de brasileiros, dos quais 110 milhões em idade de trabalho (PIA – população em idade ativa), dos quais, por sua vez, 80 milhões constituem a população economicamente ativa (PEA). Descontando os desempregados, estamos falando em 70 milhões de pessoas. Se considerarmos a quantidade dos que são pouco produtivos, por analfabetismo, por subnutrição ou por outra razão, podemos estimar em 65 milhões os que efetivamente carregam o piano no país, uma diferença de 45 milhões de pessoas relativamente à população em idade ativa. Além do desemprego acumulado, chegam ao mercado de trabalho, anualmente, mais de 1,5 milhão de pessoas à procura do primeiro emprego. Em outros termos, a subutilização da nossa força de trabalho, em um país que tem tanta coisa para fazer, é realmente absurda. E não ver os dramas sociais que se avolumam constitui uma miopia perigosa<sup>1</sup>.

Na realidade, a geração de empregos, como motor de arranque de uma economia estagnada, tem a virtude

de criar o fluxo de demanda indispensável para pôr em marcha o círculo virtuoso e de permitir simultaneamente a redução das tensões sociais que estão se tornando insuportáveis. É o espaço onde o econômico e o social podem se articular, um dinamizando o outro. De certa maneira, convergindo com ações complementares como a promoção das exportações, programas assistenciais aos mais pobres e outros, a geração de empregos torna-se o eixo estratégico de redinamização da economia.

Não falta o que fazer. Temos no país um conjunto de atividades que podem ser estimuladas no curto prazo e que são intensivas em mão-de-obra. Foi estimado em 6 milhões o número de moradias que devem ser construídas no país para cobrir o déficit mais premente. São atividades intensivas em mão-de-obra pouco qualificada, que é o que temos de sobra. São igualmente pouco intensivas em divisas e em tecnologias sofisticadas. Trata-se de projetos que qualquer prefeitura sabe implementar, sendo possível a sua dinamização a curto prazo. Só as economias geradas em torno dos setores de saúde e de segurança, pela disponibilização de moradias mais dignas, pagam com folga a iniciativa.

Foi estimado em 30 milhões o número de pessoas desnutridas no país. Segundo o nível em que colocamos o limite da desnutrição ou da malnutrição, podemos falar em 30 ou em 50 milhões de pessoas. O essencial é que temos um grau escandalosamente elevado de desnutridos, em um país dos mais bem-dotados do mundo em terra e água, e com gigantescos espaços ociosos. Constituir cinturões verdes em torno das nossas cidades é uma atividade igualmente intensiva em mão-de-obra e pouco intensiva em capital. Tende a desafogar as periferias urbanas, gerar renda, e os custos do processo são bem menores do que o gigantesco custo que representa para a sociedade sustentar durante toda uma vida pessoas que apresentam problemas por desnutrição na fase infantil. E temos bons exemplos de municípios que repassaram, por exemplo, a verba da merenda escolar para pequenos produtores, financiando assim simultaneamente a criação de empregos e a melhor alimentação nas escolas.

A urbanização no Brasil foi particularmente acelerada. Passamos em poucas décadas de dois terços de população rural para 82% de população urbana. De uma forma ou outra, o Brasil hoje se organiza em economias urbanas, unidades básicas do nosso desenvolvimento. Com urba-

<sup>1</sup> Veja o detalhe dos dados sobre o trabalho, com análise das diversas publicações do IBGE a respeito, em: Dowbor L. *O que acontece com o trabalho?* São Paulo, Senac, 2002.

nização tão acelerada, não foi possível dotar as cidades de infra-estruturas básicas, o que faz com que hoje a quase totalidade dos nossos municípios necessite de obras simples como os sistemas de saneamento básico, de microdrenagem e outras infra-estruturas intensivas em mão-de-obra pouco qualificada e pouco intensivas em capital, tecnologia e divisas. O saneamento básico, em particular, considerando que água contaminada é o principal vetor de doenças, se autofinancia somente pelas economias geradas na área da saúde.

Construção de casas populares, desenvolvimento de cinturões verdes, organização das infra-estruturas urbanas, geração de campanhas como de alfabetização e outras iniciativas devem ser empreendidas para transformar os nossos mais de 5.600 municípios em um canteiro de atividades. Com isso estaremos simultaneamente gerando empregos (ainda que de forma precária e com remuneração por atividade na fase inicial), gerando renda que se converterá em dinamização do consumo de massa e enriquecendo a base econômica de cada um dos nossos municípios, além de criar o tão importante capital social.

Por que tantas iniciativas necessárias e conhecidas, e tanta mão-de-obra parada, não se convertem em emprego? Porque ficamos bloqueados em dois problemas: organização e financiamento. Ambos precisam ser revisitos de maneira criativa.

### Iniciativas locais de geração de emprego e renda

O aspecto de organização é o mais complexo, pois se choca freqüentemente com culturas organizacionais pouco flexíveis. O Brasil soube construir grandes estradas, grandes hidroelétricas, grandes prédios, mas encontra dificuldades para estimular os milhões de pequenas iniciativas que asseguram um bairro arborizado, água limpa, crianças bem assistidas e assim por diante. Trata-se de iniciativas extremamente capilares, que exigem formas de organização flexíveis e diferenciadas segundo o local, ou seja, a base da organização do processo tem de ser a entidade mais próxima da população, a administração municipal.

Estamos acostumados a que as atividades sejam organizadas por organizações estatais ou por empresas privadas. Muitos municípios ainda pensam que o desenvolvimento se “atrai”. As avaliações de Michael Shuman sobre a guerra fiscal e a luta por um emprego industrial nos EUA mostram que esse tipo de iniciativa, além de gerar muito pouco emprego, custa milhares de dólares

de dinheiro público por emprego privado gerado. O desenvolvimento não se “atrai”, se promove, se constrói com os recursos locais. Na realidade, com o volume de subutilização da nossa mão-de-obra, esperar que se criem empresas privadas em ritmo suficiente, ou que reapareçam os tradicionais “trens da alegria” do emprego público para enxugar o desemprego, não é realista. Precisamos organizar frentes de trabalho, com remuneração por atividades, por meio de conselhos de desenvolvimento local e iniciativas articuladas em cada cidade.

O pacto pelo desenvolvimento local integrado deverá incluir os principais atores sociais locais, a administração pública de diversos níveis, as empresas, o terceiro setor, as organizações comunitárias, os sindicatos, as igrejas e deverá traduzir-se em conselhos ou fóruns locais de desenvolvimento. Hoje existem numerosas experiências nesse sentido, e não partimos do zero. O Sebrae está ajudando a estruturar inúmeros APLs (Arranjos Produtivos Locais) nos municípios. O Banco do Nordeste e o BNDES dinamizaram o modelo Gespar (Gestão Participativa), que articula no nível local as iniciativas econômicas de diversos tipos. Desenvolveu-se em numerosos municípios a experiência DLIS (Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável), experiência que tentou andar mais rápido do que as suas pernas, mas que é bem concebida e pode constituir uma base importante. O próprio programa Fome Zero já gerou uma articulação entre o governo federal e as administrações locais em mais de mil municípios. O governo de Santa Catarina dotou o Estado de 29 Conselhos Regionais de Desenvolvimento, com uma média de 10 municípios por conselho. Cada Conselho é tipicamente composto de dez prefeitos, dez presidentes de Câmaras Municipais e vinte representantes da sociedade civil. Assim, o governo de Santa Catarina passou a dispor de uma estrutura descentralizada para canalizar as iniciativas tanto estaduais como federais.

O Brasil acumulou, nas últimas décadas, uma base muito significativa de experiência em organização participativa. A fragilidade não está nas iniciativas, mas na sua dispersão, no pouco apoio e no mau aproveitamento. A capacidade de organização das empresas, o conhecimento e a dedicação das organizações da sociedade civil, o enquadramento técnico das administrações locais e a capacidade informativa da mídia podem ser mobilizados para esse tipo de esforço. Estamos na era das parcerias, da responsabilidade social das empresas, das articulações entre as diferentes esferas da admi-



nistração pública. As novas tecnologias da informação permitem que essas iniciativas sejam coordenadas de maneira flexível e dinâmica, mas precisa haver essa visão de conjunto capaz de transformar dispersão em sinergia. O eixo do emprego e das frentes de trabalho deveria constituir o “norte” desse processo.

### Alavancando os recursos: co-financiamento

O segundo problema está no financiamento. Organizar grandes obras com grandes empreiteiras custa muito caro, gera pouco emprego e, conseqüentemente, dinamiza pouco a demanda. É indispensável financiar grandes obras, pois o país precisa de aeroportos, de grandes infra-estruturas, mas são iniciativas a médio e longo prazo. O que nos interessa aqui é a possibilidade de, por meio do sistema financeiro, organizar de maneira sistemática o co-financiamento local, estadual e federal das iniciativas municipais organizadas e avalizadas pelos conselhos locais de desenvolvimento. Nesse sentido, o pouco dinheiro do governo pode ser multiplicado ao alavancar as capacidades locais ou estaduais, públicas ou privadas, de financiamento.

Não se trata aqui de iniciativas a curto prazo que quebram as nossas finanças a médio prazo. Construir casas populares constitui um investimento que se recupera rapidamente, por meio da redução de outros gastos. É o caso também do saneamento básico, dos sistemas descentralizados de saúde e assim por diante. Esse tipo de iniciativa aumenta a produtividade sistêmica dos municípios, bem como da economia em geral. Em conseqüência, aumenta a nossa capacidade financeira a médio prazo. Trata-se, no melhor sentido do termo, de um bom negócio para todos. Pode ser difícil para uma empresa privada tomar a iniciativa individualmente, pois o saneamento básico, por exemplo, ao tornar a vida mais saudável para todos, constitui um bem difuso, que não se vende na loja como um sapato. E pode não ser uma iniciativa viável para a administração pública local isolada, presa nas contas da responsabilidade fiscal. Mas como se trata de investimentos sistemicamente produtivos, o retorno

é seguro e devemos promover as formas inovadoras de organização e de financiamento que os viabilizem.

A lógica que estamos propondo aqui não tem nenhuma pretensão de novidade. Buscamos, sim, articular os diversos argumentos levantados. O motor de arranque, sem dúvida, é a demanda, pois, sem estimulá-la, ficaremos sem investimentos, e as nossas poupanças continuarão a navegar nas esferas da especulação nacional e internacional. Para estimular a demanda, precisamos gerar um fluxo de renda. Esse fluxo de renda não gerará pressões inflacionárias exageradas, pois a capacidade produtiva instalada está subutilizada e pode responder rapidamente à pressão do consumo. Mas é importante que, além da assistência aos mais pobres, se gere o fluxo de renda por meio de atividades que organizem os desempregados em frentes de trabalho, dinamizando a economia no seu conjunto, ao mesmo tempo em que desenvolvem as infra-estruturas e a produtividade sistêmica das economias locais. A organização deve basear-se nas experiências de desenvolvimento integrado descentralizado, pois as frentes de trabalho funcionam por meio de organizações capilares diretamente vinculadas às necessidades concretas e diferenciadas das cidades. O financiamento deve optar por formas articuladas de co-financiamento, buscando assim o maior efeito multiplicador dos recursos<sup>2</sup>.

### Articular o equilíbrio macroeconômico, o desenvolvimento econômico e o projeto social

O encadeamento sugerido anteriormente constitui uma proposta de redinamização da economia. Não precisa dar certo em todos os rincões para dinamizar a conjuntura e tampouco precisa constituir o motor principal, pois temos uma máquina econômica moderna que, com essas iniciativas, voltará a funcionar. As outras frentes, como dinamizar as exportações, reduzir os juros cobrados pelos intermediários financeiros privados e pelos crediários, preparar os grandes projetos de uma visão a médio e longo prazos, continuam todas essenciais. Mas se não soubermos responder rapidamente a uma conjuntura que paralisa a economia e satisfazer anseios sociais mais prementes, não

<sup>2</sup> Na Holanda, se uma associação local levanta 25% do necessário para financiar um determinado projeto de interesse público, por exemplo, o governo coloca os outros 75%. Assim, financiam-se iniciativas que têm o apoio da comunidade, e a produtividade dos recursos tende a ser maior, além de aumentar o bolo final, pois o dinheiro público alavanca dinheiro privado. Aqui, pode-se trabalhar com projetos locais de emprego e renda que mobilizem recursos da União, do Estado e do Município, na base de um terço para cada, ou buscando-se outras fórmulas.

haverá como construir os sonhos a médio e longo prazos. E o emprego é o ponto em que as necessidades da economia (dinamização da conjuntura), as pressões sociais (geração de renda) e as necessidades prementes de construção das infra-estruturas urbanas (casas, saneamento etc.) encontram uma solução convergente.

Em termos de implicações práticas, essa análise envolve promover, por meio de grupos de trabalho, a elaboração de uma proposta integrada em quatro frentes:

- articulação dos programas sociais do governo com uma proposta mais ampla de dinamização do emprego (Fome Zero, Economia Solidária, Ministério das Cidades e outros);
- articulação dos programas de frentes de trabalho com programas sociais e os numerosos conselhos e fóruns de desenvolvimento já existentes, no nível das cidades;
- articulação das capacidades financeiras em torno do financiamento de frentes de trabalho, por meio de arquiteturas financeiras flexíveis e co-financiamentos (os três níveis de orçamentos do governo, o Banco do Brasil, a Caixa e o BNDES, além de participação negociada com bancos privados);
- reorientação progressiva no sentido da liberalização do acesso ao crédito (juros e compulsório).

A lógica integradora das ações é que a geração de uma demanda ampla na base da sociedade deve constituir o motor de arranque destinado a redinamizar os diversos componentes da economia em geral.

## Leituras de apoio

- Fiesp/Ciesp/FGV – Juros sobre capital de giro: o impacto nos custos da indústria brasileira, relatório final, abril 2002. O estudo avalia em cerca de 30% o custo do capital de giro para as empresas, custo que atinge no final de 2003 mais de 50%.
- Anefac – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade ([www.vidaeconomica.com.br/familias.htm](http://www.vidaeconomica.com.br/familias.htm)). Pesquisa realizada entre junho e agosto 2002. O estudo apresenta o gasto familiar médio com despesas financeiras como sendo de 29,83%. Essas despesas variam de 35,43% para famílias com renda entre 1 e 5 salários mínimos, e 19,08% para famílias com renda acima de 50 salários mínimos (que parcelam menos as suas compras e utilizam menos o cheque especial). Os dados da Anefac foram parcialmente publicados pela revista *Época* de 24 de junho de 2002.
- O mecanismo financeiro internacional e a articulação do jogo sobre taxas de juro e taxas de câmbio pelos especuladores se encontram descritos de forma simples e transparente no livro de Joseph Stiglitz, *Globalization and its Discontents*. New York, W.

W. Norton & Cy, 2002, com tradução já disponível no Brasil, sob o título *Os malefícios da globalização*. São Paulo, Futura, 2003.

- A visão dos próprios especuladores pode ser vista no artigo de *Business Week*, de 3 de março de 2003, p. 58: “The transition – from policy announcements, to appointments, to implementation – a has been very good, says Mohamed A. El-erian, managing director of PIMCO, the big U.S.-based investment firm”. Mohamed El-Erian foi a grande figura na quebra da Argentina. Ver também a entrevista de El-Erian na *Folha de S. Paulo*, 19 de maio de 2003, intitulada “Investidor se diz feliz em pôr dinheiro no Brasil”.
- A visão do Governo Federal pode ser encontrada na nota “Crédito a juros baixos para aquecer a economia”, na qual o Presidente Lula afirma que juros baixos “abrem a possibilidade das pessoas poderem contrair, por pequeno que seja, um empréstimo, para pagar juros bem mais baratos do que os da praça; e fazer com que o nosso comércio volte a funcionar, para que as pessoas possam voltar a produzir e para que a gente possa, com isso, gerar os empregos necessários” ([emquestao@secom.planalto.gov.br](mailto:emquestao@secom.planalto.gov.br), 78, Brasília, 22 de setembro de 2003). É interessante notar que Lula não se refere à inflação. O argumento do presidente é rigorosamente correto, tenha ele lido Keynes ou não.
- A visão tradicional do FMI, que sustenta ativamente o processo que analisamos anteriormente, pode ser encontrada na publicação *Finance & Development* ([www.imf.org](http://www.imf.org)); o número de março de 2002 tem a vantagem de se concentrar sobre as finanças globais.
- Há dados interessantes também na publicação da Andif – Associação Nacional dos Consumidores do Sistema Financeiro – <http://www.andif.com.br>
- Sobre a guerra fiscal nos Estados Unidos, veja Michael H. Shuman, em *Going Local: Creating self-reliant communities in a global age*, publicado no *The Free Press*, New York, 1998, página 10 e seguintes.
- Sobre os efeitos multiplicadores do investimento e a visão keynesiana do círculo virtuoso, nada como recorrer ao texto original de John Maynard Keynes, *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Coleção Os Economistas, São Paulo, Nova Cultural, 1985.
- O relatório da Unctad – *Trade and Development report 1998*, Geneva, 1998, pode ser conseguido no *site* da instituição [www.unctad.org](http://www.unctad.org)
- Sobre a nossa capacidade de enfrentar os diversos desequilíbrios gerados, dívida pública e privada, interna externa, em reais e em divisas, há um excelente trabalho de Alexandre Schwartzman, *No Free Lunch*, que pode ser solicitado pelo e-mail [aschwartzman@bba.com.br](mailto:aschwartzman@bba.com.br)
- As formas alternativas de organização do trabalho podem ser encontrados em Ladislau Dowbor. *O que acontece com o trabalho? – Políticas municipais de emprego e renda* e em outros estudos disponíveis no *site* <http://dowbor.org>

Artigo recebido para publicação em 10/10/2003  
e aprovado em 29/11/2003

